

# Mulheres encarceradas e objetos que circulam: narrativas sobre práticas de roubo a partir de uma pesquisa em unidades prisionais femininas<sup>1</sup>

Luana Almeida Martins (PPGSD-UFF)

**Resumo:** A proposta deste artigo é realizar uma análise sobre práticas de roubo, mulheres e prisão, não só em relação aos relatos de mulheres encarceradas por essas práticas, mas também acerca de questões metodológicas que circunscrevem pesquisas de cunho etnográfico sobre ações criminais e prisões. Nesse sentido, busco trazer dados iniciais produzidos em uma pesquisa ainda em andamento, a partir de diálogos com mulheres presas pelo crime de roubo, com o objetivo de refletir sobre as percepções que elas têm sobre o “mundo do crime” (FELTRAN, 2011), tanto nas ruas quanto na prisão. Além disso, também procuro ponderar sobre o lugar da pesquisa, que se realiza em unidades de privação de liberdade, mas que está em constante interlocução com o “extramuros”.

**Palavras-chave:** mulheres; prisão; roubo.

## 1. Introdução

*O caminhão tombou! Acabou o esculacho! Vamos parar de comprar caro. Esse iogurte vigor aqui você encontra nas Lojas Americanas por 8,99. Na mão do camelô, hoje 1 é 5, 3 é 12.*

(Vendedor ambulante, trem da SuperVia<sup>2</sup>, ramal Santa Cruz, maio de 2019).

*Mais alguém aqui para comprar furto, quer dizer, twix? Pessoal pergunta para a gente onde a gente compra nossa mercadoria. Lá no Jacarezinho e já acham que é roubado...*

*Caminhou tombou, gente, caiu em cima da minha sogra, pena que não matou. Mais alguém? 1 real é o twix.*

(Vendedor ambulante 2, trem da superVia, ramal Santa Cruz, junho de 2019).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VI Enadir, na USP, no GT 15 - Pesquisas em fronteiras difusas e contextos de (i)legalidades.

<sup>2</sup> A SuperVia é a atual companhia operadora de transporte ferroviário no Rio de Janeiro.

As idas e vindas das diferentes prisões femininas que visitei durante seis meses de trabalho de campo foram marcadas pelas constantes interpelações em alto volume dos comerciantes ambulantes característicos dos trens operados pela empresa SuperVia, saindo da Central do Brasil para diversos pontos da cidade, no Rio de Janeiro. A viagem, que durava de duas a três horas a depender da unidade que visitaria e do meio de transporte utilizado, era longa e não exatamente silenciosa. Um trajeto comum para muitos moradores da cidade, que começou a fazer parte de minha rotina no final de janeiro de 2019. Caminhada, ônibus, trem, uber ou mais um ônibus até a porta do Complexo de Gericinó, em Bangu, que reúne a maior parte das unidades prisionais da cidade. Esse longo percurso me colocava em contato com várias cenas cotidianas que a princípio não me chamavam atenção particular, mas que com o tempo começaram a ganhar outros contornos.

O comércio nos trens é volumoso e nunca há um vagão sem um ambulante. Os trens novos favorecem a circulação porque os vagões são todos conectados. Os antigos requerem que os ambulantes saiam a cada estação para mudar de vagão e assim dar conta da totalidade do trem. Isso no ramal Santa Cruz, que passa pela estação de Bangu, numa viagem de 40 minutos a uma hora, saindo da Central do Brasil.

Balas Halls, chicletes Trident, amendoins e paçoquitas Santa Helena são vendidos em sacolas transparentes presas a ganchos que são apoiados nos ferros dos trens. Salgados, empadas, trufas, águas, refrigerantes, cervejas, bolos, doces, tudo isso pode ser encontrado em enormes isopores carregados nos ombros de homens e mulheres que anunciam suas mercadorias com as mais diversas entonações. Alguns, para se destacarem dos demais, pedem a atenção de todos os presentes no vagão e com microfones e caixas de som portáteis proclamam as novidades e descrevem com os mínimos detalhes o quão incrível uma caneta azul pode ser, com sua ponta deslizante e a capacidade de não manchar suas mãos e papel.

Dentre todas essas mercadorias, algumas se destacavam entre as demais aos meus olhos atentos para o que se passava naquelas viagens. Iogurte grego, mortadela perdigão, chocolate Kitkat e até azeite extravirgem em caixas de papelão originais, com valores muito abaixo do que encontrado em mercados e Lojas Americanas da cidade. Os “caminhões tombados” faziam com que essas mercadorias deixassem de chegar às lojas para as quais seguiam e passassem a circular em outras redes, por preços mais acessíveis a grande parte dos passageiros. “Acabou o esculacho”<sup>3</sup>, comunicavam os camelôs que traziam essas mercadorias

---

<sup>3</sup> A etnografia de Lenin Pires (2011), publicada no livro “Esculhamba, mas não esculacha!: Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil” descreve exatamente esse comércio realizado nos trens cariocas. Ele analisa a categoria *esculacho* em relação a níveis distintos de violência no cotidiano dos vendedores ambulantes:

anunciando que os passageiros não precisariam mais pagar caro para conseguir comprar produtos de qualidade, ofertados ali por preços convidativos.

Misturados aos gritos dos vendedores ambulantes, informes da SuperVia alertavam para que os passageiros não comprassem mercadorias vendidas nos trens, porque além de terem origem duvidosa, poderiam estar com o prazo de validade vencido. Os avisos não causavam constrangimento ao comércio que seguia frequentemente, apesar de ocorrer com certa agilidade para que as mercadorias não fossem perdidas para agentes de fiscalização.

Esse cenário passou a fazer parte de uma rotina inédita para mim, que não tinha costume de usar o trem como meio de transporte. Apesar de sempre cruzar com mercadorias possivelmente roubadas em outros espaços da cidade, ver aqueles circuitos começou a ganhar outros sentidos ao longo da pesquisa de campo que estava realizando na prisão. Nas unidades prisionais, comecei a construir interlocução com mulheres presas pela prática de diferentes tipos de roubo, inclusive o de carga, e pensava que aquelas mercadorias entravam em outros circuitos em virtude de suas ações.

Além disso, com o passar dos dias, comecei a observar pessoas nos trens que eram familiares de presos, que eu não era capaz de reconhecer antes. As sacolas de mercado com nomes escritos em preto<sup>4</sup> e o seu destino dentro do presídio se tornaram visíveis para mim, bem como comecei a ouvir assuntos sobre trajetos e deslocamentos entre casas e a prisão. Mulheres com bolsas transparentes e vestidos longos subiam as escadas da estação de trem de Bangu em meio a outros transeuntes que circulavam pela cidade.

Para além das adjacências do Complexo de Gericinó, as vans pretas do SOE/GSE<sup>5</sup> que fazem o transporte dos presos com sua sempre acelerada velocidade para onde quer que seja, antes não notadas por mim, foram introduzidas no cenário urbano. O contato com a prisão expandia a experiência urbana. Lugares pelos quais costumava passar foram locais nos quais

---

“Muito embora expressassem ações e sentimentos no campo da violência física, e, principalmente, moral, esculhambação e esculacho eram empregados, nos trens, em níveis diferentes de percepção por parte dos atores. O esculacho soava como uma denúncia grave, uma desconsideração singular, em meio a tantas outras características de nossa sociedade, que frequentemente desiguala seus integrantes de acordo com sua posição social, seu status. Parecia representar um nível de desconsideração que impossibilitava a manutenção da ordem vigente, mesmo que esta já fosse desestruturada de forma desigual; era um procedimento que perigava arremeter a vítima para fora da escala aceitável daquele cotidiano hierarquizado” (p. 150).

<sup>4</sup> Godoi (2015) faz uma interessante leitura dos *jumbos*, nome dado às sacolas que levam cigarros, alimentos e produtos de higiene pessoal para as prisões como “vasos comunicantes”: “Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas. Os vasos colocam em comunicação dois “mundos”, no entanto, não são desprovidos de bloqueios: neles, múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas operam a diferenciação do que entra e sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo destinações” (2015, p. 136).

<sup>5</sup> Serviço de Operações Especiais/Grupamento de Serviço de Escolta.

mulheres que conhecia na prisão moravam antes de serem presas ou até mesmo locais onde praticavam roubos, segundo suas narrativas destas práticas. Os mapas mentais que traçava eram atualizados por essas narrativas, alterando percursos, olhares e perspectivas sobre os espaços da cidade.

Entretanto, apesar dessas circulações de mercadorias, carros do SOE/GSE, familiares que iam e vinham da prisão, as minhas interlocutoras estavam presas. Não entravam e saíam, não circulavam comigo pelos trens da cidade, e não observavam o fluxo de pessoas na rua. Ao contrário, por muitas vezes, sequer recebiam visitas e eu acabava me tornando uma possibilidade de que elas conversassem com “alguém de fora”, que de alguma maneira tornava viável uma confiança sobre assuntos que se compartilhados com as outras internas de “lá dentro” poderiam gerar problemas.

Todas essas questões fazem parte de um aglomerado de reflexões iniciais que irromperam a partir da pesquisa de campo e a experiência de viver em um grande centro urbano. Essas descrições serviram como um ponto de partida para chegar as minhas interlocutoras que estavam presas. Com a pesquisa ainda em curso e as análises pouco organizadas, esse artigo apresenta um esforço inicial de entrelaçar minha experiência enquanto pesquisadora que observa a cidade e dialoga com mulheres que estão encarceradas pela prática do roubo, pensando a partir da ideia de possíveis fronteiras que conectam e desconectam mercadorias roubadas, mulheres presas e espaço urbano.

Para isso, busco refletir sobre práticas tidas como criminais a partir do olhar de quem as pratica e suas perspectivas sobre o “mundo do crime” (FELTRAN, 2011). Com o objetivo de resguardar a identidade das minhas interlocutoras, optei por trazer narrativas de três mulheres que, na verdade, mesclam trajetórias de mais de três, construindo identidades particulares para pensar nas noções de pertencimento ao “mundo do crime”, o “ser” ou “estar” presa, e a relação do roubo com o espaço urbano e a prisão. Apresento-as a partir de frases registradas a lápis em meus cadernos de campo conhecidos por todas elas e da memória de gestos e diálogos que marcaram nossos encontros.

## **2. Notas metodológicas**

Há alguns anos, pesquisadores que realizaram trabalhos de campo em unidades prisionais têm olhado para a prisão não somente pelo enfoque no isolamento ou como um mundo à parte, mas também por suas “linhas de fuga” (BARBOSA, 2005); pela circulação entre o “bairro e a prisão” (CUNHA, 2003); ou por seus “vasos comunicantes” (GODOI,

2015). Trabalho desde o mestrado com essa perspectiva (MARTINS, 2017), no sentido de observar possíveis conexões entre a prisão e o que está fora dela, sem ignorar o isolamento, sobretudo ao refletir sobre relações entre o “mundo do crime” e a cidade. Diante disso, a pesquisa com as mulheres encarceradas pela prática de crimes de roubo que aqui apresento surge a partir da provocação acerca de percursos de coisas roubadas e chega até as internas dentro do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, estabelecendo conexões entre esses fluxos, que perpassam minha inserção como pesquisadora em prisões femininas. Assim, acredito que pensar meus deslocamentos enquanto pesquisadora é um ponto de conexão entre esses dois espaços.

Essa pesquisa tem sido realizada em cinco unidades femininas de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro, desde o início do ano de 2019. Após passar por um processo interno junto a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), que durou aproximadamente sete meses, venho realizando constantes idas às unidades, acompanhando o percurso de mulheres dentro do sistema prisional, fazendo entrevistas e participando mais de perto do cotidiano de duas unidades específicas nas quais a figura de “pesquisadora” se evidencia explicitamente. Assim, a pesquisa segue a perspectiva etnográfica, ao levar a sério as internas que estão cumprindo pena, que se revelam como interlocutoras do campo. Aqui, o recorte que trago à reflexão diz respeito àquelas acusadas pelo cometimento do crime de roubo, dando enfoque para essa prática, levando em conta dimensões de gênero, encarceramento feminino e fluxo de pessoas na prisão.

Esse trabalho tem um percurso particular por não surgir enquanto minha pesquisa pessoal, tendo iniciado como parte integrante de um projeto chamado “Agenda Feminista pelo Desencarceramento”, que participei como pesquisadora, coordenado pela Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), em parceria com a Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas (REFORMA), e o Instituto de Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos<sup>6</sup> (INCT-InEAC) na UFF. O objetivo deste projeto é construído por meio de uma parceria entre advogadas e pesquisadoras com o foco em mulheres presas provisoriamente. A pesquisa se constitui de duas etapas: uma delas quantitativa que tem como escopo análise de processos criminais de mulheres presas provisoriamente no ano de 2017; e a outra, qualitativa, que abrange a pesquisa de campo realizada nas unidades prisionais. Foi em

---

<sup>6</sup> Instituto que é parte do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/CNPq, iniciado em fevereiro de 2009, na Chamada Nº 15/2008 MCT/CNPq/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP/Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

virtude dessa pesquisa que entrei na prisão pela primeira vez, depois de ter realizado campo, na ocasião do mestrado, em uma unidade socioeducativa de internação provisória.

Com a outra pesquisadora do projeto, obtivemos a autorização de pesquisa para sete unidades da SEAP. Uma delas, o Hospital Psiquiátrico Roberto de Medeiros, deixou de receber mulheres antes de iniciarmos o trabalho. As demais eram as unidades femininas localizadas no Rio de Janeiro, sendo uma delas masculina, mas que recebem como internas as mulheres trans e travestis, o Evaristo de Moraes, que por questões alheias a nossa vontade, só conseguimos realizar uma entrevista, em uma única visita à unidade. Na Unidade Materno Infantil, apesar de termos visitado duas vezes, não conseguimos realizar entrevistas, porque a diretora não autorizou que ficássemos sozinhas com as internas, que quando fomos somavam 6 mulheres com seus filhos recém-nascidos. Assim, a interlocução direta com as internas se deu em quatro unidades: Joaquim Ferreira, Nelson Hungria, Talavera Bruce e Oscar Stevenson, nesta ordem. Até agora, conheci aproximadamente 50 mulheres nessas unidades.

Sem que planejássemos, seguimos o fluxo das mulheres na prisão, na ordem acima descrita. Começamos pela unidade provisória, na qual as mulheres não sentenciadas aguardam julgamento. O choro e angústia de quem por vezes sequer compreende o que está havendo marcaram os primeiros dias da pesquisa: mulheres, em sua maioria presas pela primeira vez, com pouca assistência jurídica, e ainda sem visita, revelavam a ansiedade que a prisão provoca em suas primeiras semanas. Saudades dos filhos, ausência de notícias, escassos produtos de higiene pessoal, a utilização do *boi*<sup>7</sup> e a expectativa de uma audiência que definirá os próximos anos daquelas mulheres marcam os dias no Joaquim Ferreira.

Aquelas que não saem nas primeiras semanas acabam sendo transferidas ao Nelson Hungria, que é uma unidade mista, entre sentenciadas e não sentenciadas. As sentenciadas que ali estão foram condenadas a penas leves, do contrário, são transferidas a Penitenciária Talavera Bruce, só para quem tem “cadeia alta” ou para as grávidas, que ficam em uma “cela especial” e seguem com seus filhos, após o parto, para a Unidade Materno Infantil, até que eles completem seis meses<sup>8</sup>. Ao fim, progredindo de regime para o semiaberto ou aberto, as mulheres seguem para o “último cadeado”, o Oscar Stevenson, que também pode ser o “primeiro”, já que é uma unidade tumultuada com entrada e saída de internas diariamente para o trabalho “extramuros”. Esta é a única que fica fora do Complexo de Gericinó, no bairro de

---

<sup>7</sup> Nome dado ao local em que são realizadas as necessidades básicas, quando não há vaso sanitário, o que ocorre em algumas unidades femininas.

<sup>8</sup> Ao final dos seis meses, as crianças são separadas das mães e são encaminhadas para seus familiares que estão fora. Se não houver ninguém na família que possa cuidar da criança, elas podem ser encaminhadas para uma adoção provisória ou para abrigos, em último caso.

Benfica. Ali, muitas mulheres, depois de longos anos encarceradas, conseguem ouvir o carro do ovo que passa anunciando suas vendas do lado de fora da unidade, ou o som do “Bar do Ricardo”, também do lado de fora. A proximidade da cadeia com o “extramuros” é muito distinta das unidades do Complexo, que ficam em Bangu. Algumas das mulheres que conheci no Talavera Bruce e depois acompanhei no Oscar Stevenson me relataram a emoção de ouvir esses sons depois de tantos anos.

Sem me alongar no percurso da pesquisa, apresento aqui um pouco da trajetória que tem marcado o trabalho de campo. Cada unidade prisional guarda suas peculiaridades que destaquei de forma muito breve por aqui, mas que são marcas importantes no fluxo dessas mulheres dentro do sistema prisional. Tive a sorte de acompanhar alguma delas nesse caminho, que ao chegarem no “último cadeado” sentiam que a pena estava “andando”, mais próximas, portanto, do final da cadeia. A rua se aproxima, não só pelos sons que se podem ouvir de dentro da prisão, mas pela expectativa dos benefícios como o Trabalho Extramuros (TEM), quando se pode trabalhar fora e voltar para dormir na cadeia, e a Visita Periódica a Família (VPF), que permite sete dias em casa em cinco datas comemorativas ao longo do ano.

Para mim, a pesquisa começou a mudar o rumo quando conheci a Penitenciária Talavera Bruce. Nessa unidade, conheci mulheres que já estavam sentenciadas e que fizeram com que me apropriasse de parte da pesquisa, não me restringindo somente às presas provisórias e seguindo questões próprias de reflexão. Conversas e confidências trocadas me aproximaram das mulheres com “cadeia alta”, que eram aquelas classificadas como as que “não tem nada a perder”. Ali, essas mulheres ganharam corpo, voz, sorrisos e angústias e optei por seguir aqueles caminhos para a minha pesquisa de doutorado. Seguindo essas mulheres, também conheci o Instituto Penal Oscar Stevenson, onde também conheci outras interlocutoras.

Nesse sentido, busco trazer aqui breves relatos de suas narrativas, recortes pincelados de histórias que conheci nas prisões. Ao descrever trajetórias mescladas na figura de três mulheres presas pela prática de roubo, pretendo propor reflexões iniciais sobre formas distintas de engajamento com o “mundo do crime” (FELTRAN, 2011), o encarceramento, o pertencimento ou não a facção, e a construção de identidades múltiplas que conheci transitando pelas fronteiras entre a cidade a prisão.

### **3. Trajetórias e mundo do crime**

#### **3.1. “A gente ri, mas o bagulho é de verdade”.**

*Aí, sem neurose, graças a Deus eu tô de volta  
 O senhor é o meu pastor e nada me faltará  
 Livre-me senhor de todos meus inimigos  
 Sem neurose o senhor me castigou severamente,  
 mas não me entregou a morte  
 Então pega a visão, pega o flash  
 O cair é do homem e o levantar é de Deus  
 Eu tô na pista aí de novo e a família fortaleceu  
 Eu tava na minha base, eu tava tranquilão  
 Do nada eles brotou com um mandado de prisão  
 Eu não entendi nada rolou o maior estresse  
 Falaram que eu praticava o artigo 157  
 Isso é mó covardia cambada de vacilão  
 Eles forja a arma dos outros e pensa que tá na razão  
 Foi obra do inimigo querendo me derrubar  
 Mas Jesus está comigo pra sempre me levantar  
 Eu fui para o b-10<sup>9</sup> meu Deus é mó massacre  
 Só sabe quem passou lá que o bagulho é de verdade  
 Depois fui mais pra frente fui lá para o bc  
 Encontrei vários amigos que é só de fortalece  
 Caiu mais uma bronca tu fez sim falo pra tu  
 Tive que tira um castigo fui lá para o b-1  
 Se pensa que acabou lá vai Juninho mais uma vez  
 Teve que tira uma etapa fui lá para o b-3  
 E agora o trem voltou graças a Deus eu tô na rua  
 Liberdade eterna e a luta continua  
 Tá tranquilo, porque o mundo gira  
 Ontem eu tava por baixo hoje em dia eu tô por cima  
 Tá tranquilo porque essa é nossa vida  
 Ontem eu tava privado e hoje em dia eu tô na pista (2x)  
 (Liberdade Eterna – MC Juninho da 10)*

Não posso dizer que foi essa música que levou Fernanda a prisão, mas foi a partir dela que decidiu se entregar na delegacia, após passar meses foragida. Com alguns mandados de prisão em seu nome, Fernanda chorava ao ouvir Juninho da 10 narrando sua saga por quatro presídios em Bangu. A letra do funk descrevia a prisão pelo mesmo “artigo 157”, correspondente ao crime de roubo, pelo qual Fernanda era procurada pela polícia. Uma amiga tinha sido presa meses antes e ela havia escapado. Quando se entregou, há cinco anos atrás, talvez não soubesse que ainda estaria presa até hoje, já tendo passado por três unidades prisionais, mas sabia que essa era “sua vida”, um dia “privada” de sua liberdade e outro dia “na pista”. “O mundo gira”, “etapas” são tiradas, um dia se está por baixo e no outro por cima.

Era sua primeira passagem pela prisão, mas não seu primeiro contato com o universo prisional. Apesar de nunca ter se imaginado presa, a prisão estava muito próxima de sua vida,

---

<sup>9</sup> “b-10”, “bc”, “b-1” e “b-3” são referências a unidades prisionais masculinas localizadas no Complexo de Gericinó, em Bangu. A letra “b” se refere à “Bangu”, logo, “Bangu 10”, e assim respectivamente.

muitos de seus amigos já tinham “tirado etapas” nas unidades de Bangu. Quando chegou à delegacia, conheceu uma mulher da qual rapidamente se aproximou. Era de uma facção diferente da sua<sup>10</sup>, mas pela proximidade que criaram, orientou que ela falasse que morava em um determinado bairro, também dominado pela facção a que pertencia, para que ficassem juntas na prisão. Ela ainda não sabia que nas unidades femininas as mulheres não eram divididas em facções como ocorre nas masculinas. Sua referência eram as cadeias para homens, e ela conta que teve que reconstruir toda a visão que tinha sobre prisões. A cadeia feminina era “de verdade”. Em sua percepção, não havia tantos privilégios como na masculina, e o sofrimento era maior.

Chegou à cadeia na “atividade”, no “ritmo da rua”. Dormia com os olhos abertos, pela tensão e receio de ser atacada por outra mulher. Na rua, costumava dormir com uma arma embaixo do travesseiro, e na cadeia ela dizia que “dormia com o Pedro, acordava com o Pedro, e tinha medo do Pedro”. “Aqui, você desconfia até da sua família”, ela dizia, sempre atenta aos mínimos movimentos, aos detalhes do que eu vestia, aos barulhos de quem passava no corredor em frente à sala que realizava as entrevistas com as mulheres daquela unidade. Nossas conversas eram sempre longas e, de alguma maneira, me aproximei de Fernanda, que sempre brincava comigo dizendo que meus “caderninhos” não eram de pessoas da “baixada”<sup>11</sup>.

Ela me ensinou que não se pergunta se “está tudo bem dentro do possível” para quem já está presa há cinco anos. “Isso é para quem acabou de chegar, eu já não choro mais como chorava quando cheguei aqui. Eu tô presa pra caralho”, ela dizia, apesar de em alguns momentos desabafar que não estava mais “bancando” a cadeia, que havia chegado em seu limite. Em nossas conversas sobre os mais diversos assuntos, era comum que trocássemos gargalhadas, embora o ambiente da cadeia não parecesse comportar as risadas. Ela concluía “a gente ri, mas o bagulho é de verdade”, porque em seu cotidiano amigos morriam em disputas entre facções, eram presos ou ainda assassinados por agentes do Estado. Acontecimentos do “mundo do crime” que às vezes ela me relatava em nossas trocas.

Fernanda roubava na rua, era “157”, e tinha relações de proximidade com os “caras”, que às vezes forneciam armas, emprestavam carros, e davam proteção a ela e seus companheiros quando realizavam um roubo de carga e tinham minutos para descarregar um

---

<sup>10</sup> Apesar de descrever a trajetória de mais de uma mulher a partir de quem eu chamo de Fernanda, omito algumas informações extras também para não identificar minhas interlocutoras, como a facção, local de moradia, idade e cor. Isso não significa que não considero cada um desses dados relevantes, mas para a abordagem que faço neste artigo, prefiro omiti-las privilegiando a privacidade delas.

<sup>11</sup> Referindo-se a Baixada Fluminense, região mais afastada do centro da cidade no Rio.

caminhão cheio de mercadorias para que retornasse com o motorista para a “pista”, antes da polícia chegar, cruzando fronteiras urbanas que separam limites geográficos. Na cadeia, trabalhava na “recuperação”, buscando trazer mulheres para sua facção, mesmo que pertencessem a outras.

Conhecer Fernanda talvez tenha sido o momento em que compreendi que minha pesquisa alteraria seu rumo. Foram em nossas conversas que todo um campo se abria. Ela é doce e muito querida por todas as mulheres que conheci por indicação dela. “Fernanda é muito doida”, elas diziam, não só se referindo às suas práticas na rua, mas a sua postura na prisão, sempre com afeto e com um sorriso. “Maior bandidona”, uma agente comentou com ela enquanto conversavam em minha frente sobre um relacionamento do passado que Fernanda tinha com uma das lideranças do tráfico que também estava preso em um presídio masculino em Bangu. Por meio dela, conheci muitas outras interlocutoras. Fernanda me apresentava um cotidiano que não era o meu, mas compartilhávamos as dores de cólica, algumas risadas e a tangerina que levava para lanche.

### **3.2. “Eu não sou presa, eu estou presa”.**

Rose é mais velha do que Fernanda, e já era sua segunda passagem pela cadeia. Dessa vez, por um crime que não participou, mas do grupo de assaltantes com o qual costumava roubar. No dia em que foram presos, ela avisou que deveriam abortar a ideia de roubar, porque não haviam conseguido armas para todos e assim não tinha como “dar certo”. De fato, a empreitada foi um desastre e resultou em mortes e prisões, inclusive a de Rose, que sequer saiu de casa naquele dia. A pena havia sido alta, e Rose não se considerava vítima, porque dizia que sabia que estava vulnerável a prisão pelas suas práticas.

Sua angústia era não ter oportunidade de trabalhar na prisão, aprendendo coisas novas, porque o “cárcere físico é ruim, mas o pior é o cárcere da ignorância”. Ao deitar em sua “pedra” para dormir no final do dia, gostava de ler livros, e conseguia “estar na Grécia”, com uma capacidade imaginativa invejável, mentalizando sempre a sua volta para casa. Passava os dias de internação procurando coisas para fazer e gostava de varrer as folhas que caíam das árvores na parte dos fundos da cadeia. Surpreendia-me ao dizer “me sinto tão abençoada, consigo sorrir de verdade, ler um livro até o final, pelo que sou, pela minha filha vir e não me afastar da minha neta”. Rose era cativante e transmitia uma leveza atípica na prisão. Ela sempre me dizia “eu estou presa, mas não sou presa”, em um movimento constante de não

aceitar que sua mente perdesse a capacidade de se expandir para além dos muros da prisão. “Ser presa” era aceitar aquele destino como inevitável.

Na rua, fazia terapia, porque ser assaltante mexia muito com o psicológico. Não gostava de roubar pedestres, porque já havia sido assaltada, e também preferia não assaltar mulheres, porque “ficam muito nervosas e gritam com medo”. Considerava-se uma estrategista, ao desenhar planos de ação para realização de roubos a agências de instituições financeiras. Para ela, o roubo é uma prática dinâmica, que requer uma constante atualização de formas de atuar, em virtude de novidades como câmeras de vigilância, maior ou menor repreensão policial, e outras técnicas de segurança que se alteram.

Rose sempre gostou de armas, mas diz que nunca quis ser envolver com o tráfico, porque achava que não fazia sentido “trabalhar para os outros”. Nunca havia roubado para facção e se afastou de uma delas por achar que havia “ostentação” demais, o que tornava o assaltante exposto a investigações policiais. Roubava junto com outros homens e gostava da adrenalina, de sentir o coração acelerando e as mãos suando. Sempre se sentiu pronta para morrer e preferia isso a ser presa, nunca tendo se imaginado ali. Ao chegar à cadeia, buscava não criar expectativas e gostava de imaginar mentalmente o que poderia fazer ao sair.

Na última vez que a encontrei, andamos de braços dados até a sala que costumava realizar entrevistas na unidade em que estava, e ela me disse sorrindo que estava feliz, porque estava namorando, acrescentando que eu não precisava me preocupar com ela porque estava bem. Pediu que eu a ajudasse de alguma maneira para trazer alguma oportunidade de trabalho para a prisão, em que ela pudesse aprender coisas novas e se sentisse capacitada a exercer uma nova profissão ao sair de lá.

### **3.3. “Juiz prendeu meu corpo e não minha língua”.**

Estava sentada na sala onde fazia entrevistas sozinha, após me despedir de uma mulher que voltava para sua cela, enquanto eu registrava nossa conversa em meu caderno. Algumas mulheres grávidas passaram por mim e uma delas me perguntou se eu era da Defensoria Pública, como era frequente, já que naquela unidade, usava a mesma sala que a defensora. Respondi, como sempre, que não, e que era pesquisadora e estava conversando com mulheres que estivessem presas na unidade. Uma delas, com uma postura considerada ousada pelos olhares das demais que a acompanhavam se aproximou de mim e se sentou na cadeira que estava em frente à mesa que usava de apoio para escrever: “eu quero falar, o juiz prendeu meu

corpo, e não minha língua”. Conhecida, naquele momento, uma das minhas principais interlocutoras, que aqui chamo de Carolina.

Estava grávida, e dividia uma cela especial na unidade com outras gestantes. Foram muitas as vezes que encontrava com ela pelo corredor aguardando atendimento no ambulatório, indo para a igreja católica, ou a caminho da psicóloga. Às vezes conversávamos em pé nesse corredor ou também na sala que a conheci. “Elas falam que eu nem me sinto presa, sei que tô presa, presa para caralho, mas já estou num lugar muito negativo, não posso ficar com a cabeça mais negativa que o lugar”, ela me dizia explicando porque sempre estava transitando de um lado para outro na prisão. “Não vou deixar me abater, se a cadeia me abater, eu vou me afundar. Não deixo a cadeia me abater.”

Carolina já conhecia a cadeia, porque visitava, antes de ser presa, seu marido, mas dizia que a prisão feminina era muito pior. “Já fui visita, já vi os dois lados da moeda”, e agora sabia o que seu marido passava. Era sua primeira passagem como interna, e ainda aguardava julgamento, presa provisoriamente, por um roubo de celular. Em sua primeira audiência, apesar de sua primariedade e gravidez, o juiz responsável compreendeu que ela deveria ser encaminhada a prisão preventivamente, devido à sua “periculosidade”, pois foi utilizada uma arma durante a abordagem, em conjunto com outra mulher, que também foi presa.

Foi seu primeiro roubo. A vítima era uma mulher, porque Carolina teve receio de que se tentasse roubar um homem, pudesse apanhar. “Agora tô me sentido a *bandidona*, presa por um celular”, dizia achando graça de uma imagem que lhe foi atribuída que não acreditava ser adequada a sua postura. Não possuía qualquer vínculo com nenhuma facção e não se considerava criminosa, apesar de reconhecer que estava ali porque fez algo errado, “Deus me colocou aqui para eu aprender que isso não é vida para mim”.

Em um desses nossos encontros pelo corredor, Carolina estava abatida, encostada na porta do ambulatório. Ao me ver, perguntou se eu “estava presa”, porque vivia ali dentro. Sorri e disse que não, mas que estava sempre por lá a trabalho. Seu semblante mudou e ela me contou que havia perdido seu filho. Recebi a notícia com muito pesar, porque sabia que já não era a primeira vez que isso havia acontecido. Sua gravidez era arriscada e passar por ela com a estrutura de atendimento médico que ela possuía ali me parecia carecer de um milagre. Foram muitas ocorrências de sangramento e idas a UPA de Gericinó, muitas delas em vão, “o médico nem tocou em mim”, frase comum de todas as mulheres que passavam por lá.

Carolina me narrou seu percurso até chegar a um hospital da rede pública de saúde, já em trabalho de parto, com um feto ainda em formação. Não havia muito a ser feito. A frase

com a qual ela se apresentou a mim parecia ganhar um tom perverso: o aprisionamento de seu corpo foi fatal e sua vontade de falar aumentou. Dias depois do ocorrido, ela foi transferida para a unidade provisória, Joaquim Ferreira, que como falei é onde todo o fluxo das mulheres começa em Bangu, já que agora não estava mais grávida e não era sentenciada, não havendo razão para permanecer na cela das gestantes. Após sua audiência de instrução em julgamento, conseguiu um alvará de soltura para aguardar sua sentença em liberdade.

## **Considerações Finais**

Esses relatos, embora breves, guardam muitos pontos de reflexão e desdobramentos possíveis. O que quero pontuar, neste artigo, são distintas formas de engajamento com o “mundo do crime”, diferentes maneiras de classificação entre o “ser” ou “estar” presa, o pertencimento ou não a uma facção e o ser ou não criminosa, independente da imputação criminal que o sistema de justiça criminal impõe a essas mulheres. Além disso, são trajetórias que se conectam de diversas formas com o crime na rua e a cidade. Vidas de mulheres que conheci presas, sentenciadas ou não, mas que não tinham a possibilidade de ir e vir, como eu fazia todos os dias que as encontrava, olhando para a cidade e seus deslocamentos com as marcas que elas me deixavam em nossas conversas.

Foram muitos os relatos que ouvi de mulheres estabelecendo uma distinção entre o “ser” e o “estar” presa. “Ser presa”, de alguma maneira, faz parte de ser do “mundo do crime” (FELTRAN, 2011). Um dia se está “privado” e no outro na “pista”. “Estar presa” é uma circunstância e não constitui uma subjetividade identitária de uma forma específica de se viver<sup>12</sup>. Mesmo que haja uma participação efetiva em práticas ditas criminais, seu engajamento não é necessariamente o de estar no “mundo do crime”. É possível ser uma assaltante, estrategista, e não se considerar presa, apesar de uma compreensão de que o encarceramento não é injusto, já que há uma ideia de um pagamento por um ato cometido. Apesar de essas reflexões ainda se colocarem de forma muito inicial, acredito que há uma conexão entre o “ser presa” e ou “estar presa” com os diferentes níveis de engajamento em facções criminais.

Os breves recortes da trajetória dessas três mulheres, que apesar de serem uma mescla de narrativas de outras tantas, revelam uma pluralidade de particularidades que cada uma

---

<sup>12</sup> Há também pontos de intersecção entre essa discussão e o conceito de sujeição criminal (MISSE, 1999) que venho trabalhando ao longo da pesquisa, que aqui não será possível desenvolver.

delas carrega que são descartadas nas imagens de uma “criminosa” (TELLES; HIRATA, 2007), “bandida” ou “presa”. Homogeneizações que descaracterizam histórias de vida específicas. Todas respondiam pelo “artigo 157”, mas uma podia ser “bandida”, outra “estrategista”, e a última sequer se considerava “criminosa”, mas se sentia tratada com uma “bandidona”, por ter sido mantida presa por sua “periculosidade”. O encarceramento amplifica a imagem de “criminosa”, independente da identidade que cada uma atribuía a si mesma.

Sempre costumo dizer que faço pesquisa na prisão e não sobre prisão, mas os efeitos que o encarceramento provoca não passam despercebidos. Os objetos que circulam nos trens continuam a circular com a prisão de mulheres que realizam roubos de carga. Eles que me chamaram a atenção nos deslocamentos pela cidade até a prisão, bem como os carros que fazem o transporte dos presos e os familiares que circulam por transportes públicos e pelas adjacências do Complexo de Gericinó e de alguma forma me fizeram pensar neste artigo. Objetos que circulam e mulheres que tem sua liberdade cerceada, enquanto eu me deslocava entre minha casa e a prisão.

## **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, Antônio Rafael. *Prender e Dar Fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. “Grade de ferro? Corrente de ouro!”: Circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, jun. 2013.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: Bourdieu, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. \_\_\_\_\_. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CUNHA, Manuela Ivone. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. In: BRANCO, Jorge Freitas; AFONSO, Ana Isabel. (Orgs.) *Retóricas sem fronteiras*. Lisboa: Celta, pp. 101-109, 2003.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteira de Tensão: políticas e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Gerir os ilegalismos. Entrevista a Roger Pol-Droit gravada em janeiro de 1975. In: \_\_\_\_\_. *Michel Foucault: entrevistas*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006. p. 41-52.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: \_\_\_\_\_. Clifford Geertz. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: \_\_\_\_\_. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 3-21, 2008.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivências*, Revista de Antropologia, n. 46, p. 131-142, 2015.

\_\_\_\_\_. *Fluxos em cadeia: a prisão em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva. 2015.

GRILLO, Carolina Christoph. Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LYRA, Diogo. *República dos Meninos: Juventude, Tráfico e Virtude*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação Casa, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

\_\_\_\_\_; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas, *Ponto Urbe* [online], 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3620>, acesso jul. 2018.

MARTINS, Luana. *Entre a pista e a cadeia: uma etnografia sobre a experiência da internação provisória em uma unidade socioeducativa no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Direito, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2017.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*. São Paulo, v. 79. p. 15-38. 2010.

PIRES, Lenin. “Deus ajuda a quem cedo madruga?”: trabalho, informalidade e direitos civis nos trens da Central do Brasil. In: GROSSI, Miriam Pillar et al (Orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Blumenau: Nova Letra, v. 4, p. 185-241, 2006.

\_\_\_\_\_. *Esculhamba, mas não esculacha!: Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói: EdUFF, 2011.

TELLES, Vera da Silva & HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191, 2007.